



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO D.O.E. | PODER EXECUTIVO | ANO III | N.º 592 EM 17 DE MAIO DE 2022

PROCESSO SEI N.º 03.00765/2022-8 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse da candidata CARLA RAYCHSTOCK, nos
rmos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00747/2022-0 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse da candidata WINNIE REBECA DE OLIVEIRA
E SENA, nos termos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00690/2022-3 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse da candidata MARILYN PIRES MEROLLA, nos
rmos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00779/2022-0 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse da candidata RAPHAELA ALMEIDA DA SILVA
ODRIGUES, nos termos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00766/2022-2 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse do candidato GUSTAVO LANARI RANGEL,
s termos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00733/2022-8 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse da candidata JOSIANE DA ROCHA
ORDEIRO, nos termos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00744/2022-6 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse da candidata EMYLLY DE CARVALHO
LIVEIRA, nos termos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00724/2022-9 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse do candidato MARCIO ANTÔNIO PEREIRA
JUNIOR, nos termos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00702/2022-2 – DEFIRO o pedido de
orogação de posse da candidata LUCILENE DOS SANTOS DA
ONCEIÇÃO SOARES, nos termos do artigo 16, §1º da lei 050/1991.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

ESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI N.º 03.00441/2022-4 – INDEFIRO a isenção de
posto de renda do servidor ALEXANDRE DA SILVA MELO, Mat.
1.166, nos termos do artigo 6º, da Lei Federal n.º 7.713/1988
rescisa da Lei Federal n.º 14.126/2021.

ODRIGO TORREGROSA OLIVEIRA
cretário Municipal de Administração

SEMFA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2022/SEMFA-PMSG
REDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS N.
12/2022/SEMFA-PMSG

Processo Administrativo: 21.936/2022

Partes: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL

Objeto: Prestação de serviço continuado de recolhimento de
tributos e demais receitas municipais, por meio de todos os canais
de atendimento, exceto guichês de caixa, em padrão FEBRABAN,

tps://www.saogoncalo.rj.gov.br/diario-oficial/

por intermédio da instituição, com prestação de contas por meio
magnético dos valores arrecadados.

Prazo: O presente contrato terá o prazo de 12 (doze) meses, a partir
da data da publicação, podendo ser prorrogado, por interesse das
partes, mediante Termo Aditivo.

Valor Unitário da Tarifa: R\$ 2,75 (Dois reais e setenta e cinco
centavos).

Dotação Orçamentária: PT 20.24.04.122.1001.2.103, Natureza da
Despesa 3.3.90.39.00, Fonte 00.

Fundamentação Legal: Regendo-se por toda a legislação aplicável a
espécie e pelas normas previstas na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de
junho de 1993, pelo Contrato n.º 008/2022/SEMFA-PMSG, Edital de
Credenciamento n.º 002/2022/SEMFA-PMSG e Processo
Administrativo n.º 1.300/2022.

São Gonçalo, 16 de Maio de 2022.

RANDHAL JULIANO BARRETO COELHO

Secretaria Municipal de Fazenda

EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2022/SEMFA-PMSG

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

N.º 002/2022/SEMFA-PMSG

Processo Administrativo: 22.376/2022

Partes: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e Banco do Brasil S.A.

Objeto: prestação de serviço continuado de recolhimento de
tributos e demais receitas municipais, através de DARM, em padrão
FEBRABAN, por intermédio de demais atendimentos, exceto
guichês de caixa, com prestação de contas por meio magnético dos
valores arrecadados.

Prorrogação do Prazo: O presente contrato terá o prazo de 12 (doze)
meses, a partir da data da publicação.

Valor Unitário da Tarifa: R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove
centavos).

Dotação Orçamentária: PT 2024.04.122.1001.2.103, Natureza da
Despesa 3.3.90.39.00, Fonte 00.

Fundamentação Legal: Regendo-se por toda a legislação aplicável a
espécie e pelas normas previstas na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de
junho de 1993, pelo Contrato n.º 009/2022/SEMFA-PMSG, Edital de
Credenciamento n.º 002/2022/SEMFA-PMSG e Processo
Administrativo n.º 1302/2022.

São Gonçalo, 16 de Maio de 2022.

RANDHAL JULIANO BARRETO COELHO

Secretário Municipal de Fazenda

SEMED

PORTARIA SEMED N.º 026/2022

ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NA REDE
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO – RJ RELATIVOS À
TRANSIÇÃO DE DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas
atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63 da Lei Orgânica do
Município de São Gonçalo-RJ, e considerando a necessidade de
normatizar procedimentos relativos ao processo de transição entre
diretores nas unidades da Rede Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o processo de transição entre diretores das
Unidades Escolares com o objetivo de qualificar os processos de
gestão nas unidades escolares.

§ 1º Na impossibilidade do (a) diretor (a), que deixará de exercer a
função, realizar a transição, caberá a equipe pedagógica ou um
servidor designado, em efetivo exercício na Unidade Escolar,
coordenar o processo de transição, em articulação com o próximo
diretor.

§ 2º Para organizar a transição, deve ser considerado o Anexo I
desta Portaria, para registro e assinatura confirmando as ações
realizadas.

Art. 2º Caberá ao Conselho Escolar Deliberativo acompanhar todo
processo de transição de que trata esta Normativa.

Art. 3º O processo de transição deverá ser realizado em reuniões
específicas para este fim, com a participação da equipe pedagógica
e, na falta desta, de um servidor designado para esta função, nas
dependências da unidade escolar, com registro em ata, contendo os
assuntos/repases/pendências de dimensão pedagógica,
administrativa, física e financeira referentes à Unidade Escolar.